

GUILHERME DE SOUZA **NUCCI**

TRATADO DE
CRIMES
SEXUAIS



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 23.11.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabrício Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Nucci, Guilherme de Souza, 1963-

Tratado de crimes sexuais / Guilherme de Souza Nucci. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-596-4234-2

1. Direito penal – Brasil. 2. Crimes sexuais – Brasil. 3. Dignidade (Direito) – Brasil. 4. Estupro – Brasil. 5. Prostituição – Brasil. 6. Tráfico humano – Brasil. I. Título.

21-73856

CDU: 343.54(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472



SUMARIO

I	DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIGNIDADE SEXUAL.....	1
1.1	<i>Introdução.....</i>	1
1.2	<i>A dignidade da pessoa humana como princípio regente</i>	2
1.3	<i>A livre formação da personalidade</i>	3
1.3.1	<i>Personalidade.....</i>	3
1.3.2	<i>O fco do individualismo.....</i>	4
1.3.3	<i>A alçada do ambiente</i>	5
1.3.4	<i>A interação dos cosmos individual e ambiental.....</i>	5
1.4	<i>Bem jurídico penal.....</i>	7
1.5	<i>Dignidade sexual.....</i>	8
II	HISTÓRIA DA SEXUALIDADE.....	13
2.1	<i>Introdução.....</i>	13
2.2	<i>Enfque primitivo.....</i>	14
2.3	<i>Contornos da Babilônia e do Egito.....</i>	16
2.4	<i>Aspectos da Grécia e de Roma</i>	17
2.5	<i>Igreja católica e rebrma protestante.....</i>	20
2.6	<i>Perspectiva oriental.....</i>	22
2.7	<i>A Inglaterra e a concepção da era vitoriana.....</i>	24
2.8	<i>As idas e vindas da Rússia.....</i>	25
2.9	<i>Alguns momentos do Brasil antigo.....</i>	26
2.10	<i>A era da globalização.....</i>	27
2.11	<i>Uma breve síntese.....</i>	29
III	ESTUPRO.....	33
3.1	<i>Conceito.....</i>	33

3.2	A cultura do estupro.....	36
3.3	Alguns enfoques históricos acerca da violência sexual	38
3.4	Causas e abrangência do estupro	41
3.4.1	Estupro praticado durante a guerra	42
3.5	Consequências do estupro para a vítima.....	43
3.5.1	Atitude comum das vítimas.....	47
3.6	O valor atribuído à declaração da vítima e o tratamento por ela recebido durante a perseguição penal	48
3.6.1	Proteção específica para a vítima de crimes contra a dignidade sexual	54
3.7	Mitos e realidades	58
3.8	Estupro	59
3.8.1	Tipo objetivo	60
3.8.2	Tipo misto alternativo: peculiaridades	62
3.8.3	Fatores de intimidação	68
3.8.4	Estuprovingativo e estupro-tortura	73
3.8.5	Contato físico entre o agente e a vítima	73
3.8.6	Estupro por inseminação artificial	74
3.8.7	A impotência sexual e o estupro.....	74
3.8.8	Crime hediondo	74
3.9	Sujeitos e objetos do crime	75
3.9.1	Perfil do estuprador	77
3.9.2	Perfil da vítima.....	78
3.9.3	Mulher estuprada por mulher	79
3.9.4	Vítimas homens	79
3.9.5	Estupro de pessoa conhecida.....	80
3.9.6	O silêncio das vítimas após o estupro	80
3.9.7	Marido como sujeito ativo	81
3.9.8	Pessoa prostituída como sujeito passivo	85
3.9.9	Omissão penalmente relevante	87
3.10	Tipo subjetivo	87
3.11	Consumação e tentativa: enfoque do estupro virtual	90
3.12	Formas de execução	92
3.13	Justiça da ameaça	92
3.14	Grau de resistência da vítima	93
3.15	A importância do consentimento da vítima como excludente de tipicidade	97
3.16	Erro de tipo	102
3.17	Classificação	104
3.18	Aspectos específicos.....	104

3.18.1	Crime continuado	104
3.18.2	Desclassificação para importunação sexual	105
3.18.3	A questão do beijo lascivo.....	106
3.18.4	Sexo grupal e estupro coletivo	108
3.18.5	Uso de preservativo e sua retirada durante o ato sexual (<i>steal-thing</i>).....	109
3.18.6	Dia do aniversário da vítima	110
3.18.7	Princípio da insignificância	110
3.18.8	Violência no cárcere	111
3.18.9	Aborto decorrente de estupro	111
3.18.10	A influência das religiões.....	112
3.18.11	Acidente do trabalho	112
3.18.12	Acusações falsas e o princípio da presunção de inocência.....	113
3.18.13	Vítima de estupro vira estuprador	113
3.18.14	Sobre o mandado de criminalização	114
3.18.15	Código Penal Militar	115
3.18.15.1	Estupro	115
3.18.15.2	Atentado violento ao pudor.....	116
3.18.15.3	Pederastia ou outro ato de libidinagem	116
3.18.15.4	Presunção de violência	117
3.18.15.5	Agravantes.....	118
3.18.15.6	Homicídio para fins sexuais	119
3.18.16	Estatuto do Índio	119
3.18.17	Lei Maria da Penha	119
3.19	Formas qualificadas	120
3.20	Violência sexual e distúrbios parafilicos.....	124
3.21	Desaparecimento de vítimas.....	127
3.22	Sobre estupro coletivo e estupro corretivo	127
3.23	Impunidade do estupro no Brasil	127
3.24	Apoio à vítima	128
3.25	Jurisprudência	129
IV	VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE	139
4.1	Violação sexual mediante fraude	139
4.1.1	Tipo objetivo	139
4.2	Sujeitos e objetos do crime	143
4.3	Tipo subjetivo	143
4.4	Classificação e tentativa.....	144
4.5	Particularidades.....	144
4.5.1	Violações cometidas por médicos e outros profissionais	144

4.5.2	Situações envolvendo prostitutas(os), que não receberam pelos serviços	147
4.6	Jurisprudência	148
V	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL	155
5.1	Importunação sexual	155
5.1.1	Tipo objetivo	155
5.1.2	Confronto com o art. 217-A	157
5.2	Sujeitos e objetos do crime	158
5.3	Tipo subjetivo	158
5.4	Classificação e tentativa	158
5.5	Jurisprudência	158
VI	ASSÉDIO SEXUAL	163
6.1	Introdução	163
6.2	Assédio sexual	165
6.2.1	Tipo objetivo	165
6.3	Sujeitos e objetos do crime	172
6.3.1	Outras relações controversas: professor-aluno; professor-professor; professor-funcionário; ministro religioso-fiel; médico-paciente; empregador-diarista	173
6.3.2	Paixão do agente pela vítima	176
6.3.3	Veto ao parágrafo único	176
6.4	Tipo subjetivo	177
6.5	Classificação e tentativa	177
6.6	Causa de aumento do § 2.º	178
6.7	Concurso de crimes	179
6.8	Concurso de agentes	179
6.9	Agente conhecido da vítima	180
6.10	Jurisprudência	180
VII	REGISTRO NÃO AUTORIZADO DA INTIMIDADE SEXUAL	183
7.1	Registro não autorizado da intimidade sexual	183
7.1.1	Tipo objetivo	183
7.1.2	Pornografia vingativa (<i>revenge porn</i>)	185
7.2	Sujeitos e objetos do crime	185
7.3	Tipo subjetivo	186
7.4	Classificação e tentativa	186
7.5	Jurisprudência	186
VIII	CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEIS	189
8.1	Introdução	189

8.2	Abuso infantil	190
8.2.1	Conceito e alcance	190
8.2.2	Mitos e realidades sobre o abuso infantil	192
8.2.3	Abuso infantil em família	195
8.2.4	Pedofilia	195
8.2.4.1	Conceito e abrangência.....	195
8.2.4.2	Tipos de pedófilos	200
8.2.5	Consequências do abuso infantil.....	202
8.2.5.1	Jurisprudência	203
8.2.6	Espécies e locais de abuso infantil.....	203
8.3	Turismo sexual.....	204
8.4	Aliciamento de crianças e adolescentes	206
8.5	O valor das declarações das crianças e dos adolescentes em confronto com o princípio da presunção de inocência	207
8.5.1	Jurisprudência	214
8.6	Estupro de vulnerável.....	216
8.6.1	Tipo objetivo	216
8.6.1.1	Enfoque ao menor de 14 anos	216
8.6.1.1.1	Presença física e <i>estupro virtual</i>	223
8.6.1.1.2	Discernimento da vítima para certos atos sexuais.....	224
8.6.1.1.3	Dramas paralelos ao crime sexual	225
8.6.1.1.4	Cifra negra no contexto da violência sexual infantojuvenil.....	225
8.6.1.1.5	Infiltração de agentes para combater crimes sexuais	226
8.6.1.2	Enfoque à enfermidade ou deficiência mental.....	226
8.6.1.3	Enfoque a outras incapacidades.....	227
8.6.2	Sujeitos e objetos do crime.....	230
8.6.3	Tipo subjetivo	230
8.6.4	Classificação e tentativa	231
8.6.5	Erro de tipo e erro de proibição.....	231
8.6.6	Figuras típicas qualificadas pelo resultado	232
8.6.7	Situações controversas	232
8.6.7.1	Princípio da insignificância	232
8.6.7.2	Relação com a prostituição.....	232
8.6.7.3	Concurso de crimes	233
8.6.7.4	União estável entre autor e vítima.....	233
8.6.7.5	Jurisprudência	236
8.7	Corrupção de menores	253

8.7.1	Tipo objetivo	253
8.7.2	Sujeitos e objetos do crime.....	257
8.7.3	Tipo subjetivo	258
8.7.4	Classificação e tentativa	258
8.7.5	Jurisprudência	258
8.8	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	259
8.8.1	Tipo objetivo.....	259
8.8.2	Sujeitos e objetos do crime.....	262
8.8.3	Tipo subjetivo	262
8.8.4	Classificação e tentativa	263
8.8.5	Jurisprudência	263
8.9	Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	266
8.9.1	Tipo objetivo	267
8.9.1.1	Desclassificação para a figura do art. 232 da Lei 8.069/1990	270
8.9.1.2	Sobre a denominação <i>prostituição infantil</i>	271
8.9.1.3	Definição de exploração sexual	272
8.9.2	Sujeitos e objetos do crime.....	275
8.9.3	Tipo subjetivo	276
8.9.4	Classificação e tentativa	276
8.9.5	Jurisprudência	277
8.10	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia	281
8.10.1	Tipo objetivo	281
8.10.2	Sujeitos e objetos do crime.....	283
8.10.3	Tipo subjetivo	283
8.10.4	Classificação e tentativa	283
8.10.5	Aspectos particulares	284
8.10.5.1	Pornografia de vingança	284
8.10.5.2	Extorsão sexual	284
8.10.5.3	Causa de aumento de pena	284
8.10.5.4	Exclusão da ilicitude.....	285
8.10.5.5	Jurisprudência	285
8.11	Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente	287
8.11.1	Pornografia infantil	287
8.11.2	Registro de cena de sexo explícito ou pornográfico.....	289
8.11.2.1	Tipo objetivo.....	289
8.11.2.2	Sujeitos e objetos do crime	291
8.11.2.3	Tipo subjetivo	291

8.11.2.4	Classificação e tentativa	291
8.11.2.5	Causas de aumento do § 2.º	292
8.11.2.6	Jurisprudência	293
8.11.3	Comercialização de material contendo sexo ou pornografia infantojuvenil.....	296
8.11.3.1	Tipo objetivo	296
8.11.3.2	Sujeitos e objetos do crime	296
8.11.3.3	Tipo subjetivo	296
8.11.3.4	Classificação e tentativa	297
8.11.3.5	Jurisprudência	297
8.11.4	Propagação de registro contendo cenas de sexo ou pornografia infantojuvenil.....	298
8.11.4.1	Tipo objetivo.....	298
8.11.4.2	Sujeitos e objetos do crime	300
8.11.4.3	Tipo subjetivo	300
8.11.4.4	Classificação e tentativa	300
8.11.4.5	Condição objetiva de punibilidade.....	301
8.11.4.6	Prisão em flagrante.....	302
8.11.4.7	Notificação oficial	303
8.11.4.8	Jurisprudência	304
8.11.5	Posse de material contendo sexo ou pornografia infantojuvenil.....	307
8.11.5.1	Tipo objetivo.....	307
8.11.5.2	Sujeitos e objetos do crime	308
8.11.5.3	Tipo subjetivo	308
8.11.5.4	Classificação e tentativa	308
8.11.5.5	Causa de diminuição da pena	309
8.11.5.6	Exclusão da ilicitude.....	309
8.11.5.7	Sigilo	310
8.11.5.8	Jurisprudência	311
8.11.6	Simulação de participação de criança ou adolescente em cena de sexo ou pornografia.....	313
8.11.6.1	Tipo objetivo.....	314
8.11.6.2	Sujeitos e objetos do crime	315
8.11.6.3	Tipo subjetivo	315
8.11.6.4	Classificação e tentativa	315
8.11.6.5	Jurisprudência	315
8.11.7	Aliciamento infantil	316
8.11.7.1	Tipo objetivo.....	316
8.11.7.2	Sujeitos e objetos do crime	317

8.11.7.3	Tipo subjetivo	317
8.11.7.4	Classificação e tentativa	317
8.11.7.5	Jurisprudência	318
8.11.8	Norma explicativa	320
8.11.9	Submissão de menor à prostituição ou exploração sexual	321
8.11.9.1	Tipo objetivo	321
8.11.9.2	Sujeitos e objetos do crime	323
8.11.9.3	Tipo subjetivo	323
8.11.9.4	Classificação e tentativa	323
8.11.9.5	Jurisprudência	324
8.12	Código Penal Militar	327
8.12.1	Corrupção de menores	327
8.12.2	Jurisprudência	328
IX	PROSTITUIÇÃO	329
9.1	Aspectos históricos	329
9.1.1	Consideração inicial	329
9.1.2	Antiguidade oriental	331
9.1.3	Época grega	333
9.1.4	Época romana	334
9.1.5	Idade Média	336
9.1.6	Portugal e Espanha	337
9.1.7	Japão	338
9.1.8	França	339
9.1.9	Alemanha	340
9.1.10	Inglaterra	340
9.1.11	Estados Unidos	341
9.2	Conceito de prostituição	341
9.2.1	Causas da prostituição	348
9.3	Sistemas de abordagem	348
9.4	Atualidade da prostituição na legislação comparada	351
9.4.1	Alemanha	352
9.4.2	Argentina	352
9.4.3	Austrália	352
9.4.4	Áustria	352
9.4.5	Bélgica	353
9.4.6	Camboja	353
9.4.7	Canadá	353
9.4.8	Chile	354
9.4.9	China	354

9.4.10	Dinamarca.....	354
9.4.11	Equador	355
9.4.12	Espanha	355
9.4.13	Estados Unidos	356
9.4.14	Filipinas	356
9.4.15	Finlândia	357
9.4.16	França	357
9.4.17	Grécia.....	357
9.4.18	Holanda.....	357
9.4.19	Índia.....	358
9.4.20	Indonésia.....	358
9.4.21	Itália	358
9.4.22	Japão.....	359
9.4.23	México	359
9.4.24	Noruega	359
9.4.25	Nova Zelândia.....	360
9.4.26	Portugal	360
9.4.27	Reino Unido	360
9.4.28	Suécia.....	361
9.4.29	Suíça.....	363
9.4.30	Turquia	363
9.4.31	Venezuela	363
9.5	A prostituição no Brasil	363
9.5.1	Lenocínio	363
9.6	Exploração sexual.....	366
9.7	Estigma e punição	368
9.8	Tráfico de pessoas e prostituição.....	373
9.9	Turismo sexual, pornografia e indústria do sexo	375
9.10	A proposta de legalização e regulamentação	379
9.10.1	Intervenção mínima como meta de eficiência	379
9.10.2	Prós e contras da legalização e regulamentação da prostituição	381
9.10.2.1	Pela legalização e regulamentação da prostituição	381
9.10.2.1.1	Questão puramente moral	381
9.10.2.1.2	Atividade antiga e inviável de ser eliminada	382
9.10.2.1.3	Trabalho lícito como outro qualquer em todos os níveis sociais	383
9.10.2.1.4	Disponibilidade do próprio corpo	384

9.10.2.1.5	Inexistência de domínio de gênero sexual.....	385
9.10.2.1.6	Ouvir a voz da pessoa prostituída.....	387
9.10.2.1.7	Benefícios aos clientes	390
9.10.2.1.8	Consentimento válido	391
9.10.2.1.9	Controle e fiscalização de doenças sexualmente transmissíveis.....	392
9.10.2.1.10	Combate ao estigma.....	393
9.10.2.1.11	Apoio (politicamente incorreto) ao casamento	394
9.10.2.1.12	Combate às fobias do sexo.....	394
9.10.2.1.13	Exposição da verdadeira violência contra a mulher	395
9.10.2.1.14	Surgimento de locais e agências protetoras da pessoa prostituída.....	396
9.10.2.1.15	Encolhimento da prostituição de rua...	397
9.10.2.1.16	Atividade quase exclusiva para transexuais e travestis	399
9.10.2.1.17	Valorização da família do trabalhador do sexo.....	400
9.10.2.2	Pela proibição e abolição da prostituição.....	402
9.10.2.2.1	Violência sexual contra a mulher	402
9.10.2.2.2	Consagração da dominação machista sobre a mulher	405
9.10.2.2.3	Prêmio para rufiões e proxenetas	405
9.10.2.2.4	Casas de prostituição como centros de exploração sexual	406
9.10.2.2.5	Aumento da prostituição de rua.....	407
9.10.2.2.6	Incremento do tráfico de pessoas	408
9.10.2.2.7	Aumento da prostituição infantil	408
9.10.2.2.8	Expansão da indústria do sexo.....	409
9.10.2.2.9	Há pessoas prostituídas contra a legalização	409
9.10.2.2.10	Envolvimento com o crime organizado	410
9.10.2.2.11	Atentado à dignidade humana.....	411
9.10.2.2.12	Atentado à moralidade e aos bons costumes	413
9.11	Mitos sobre a prostituição e política criminal	414
9.12	O direito de ser livre	420
9.13	Propostas de descriminalização geral	427

9.13.1	Em favor da legalização e da regulamentação da prostituição como primeiro passo	427
9.14	Propostas de eliminação da prostituição como um movimento de liberdade individual	441
9.15	Os dez mandamentos da prostituição no Estado Democrático de Direito	443
X	LENOCÍNIO E EXPLORAÇÃO SEXUAL	445
10.1	Princípio da intervenção mínima e bem jurídico tutelado	445
10.2	Prostituição e exploração sexual	449
10.3	Mediação para servir a lascívia de outrem (art. 227, CP)	451
10.3.1	Tipo objetivo	451
10.3.1.1	Um particular enfoque da prostituição como atividade lícita	456
10.3.2	Sujeitos e objetos do crime	458
10.3.3	Tipo subjetivo	459
10.3.4	Classificação e tentativa	460
10.3.5	Jurisprudência	460
10.4	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	461
10.4.1	Tipo objetivo	461
10.4.1.1	<i>Sugar babies</i> , gigolôs e prostituição	466
10.4.2	Sujeitos e objetos do crime	467
10.4.3	Tipo subjetivo	468
10.4.4	Classificação e tentativa	468
10.4.5	Jurisprudência	469
10.5	Casa de prostituição	471
10.5.1	Tipo objetivo	471
10.5.2	Sujeitos e objetos do crime	475
10.5.3	Tipo subjetivo	475
10.5.4	Classificação e tentativa	476
10.5.5	Jurisprudência	480
10.6	Rufianismo	486
10.6.1	Tipo objetivo	486
10.6.2	Sujeitos e objetos do crime	491
10.6.2.1	Marido (esposa), companheiro(a) e namorado(a) como sujeito ativo	491
10.6.3	Tipo subjetivo	492
10.6.4	Classificação e tentativa	492
10.6.5	Jurisprudência	492

XI TRÁFICO DE PESSOAS, MIGRAÇÃO ILEGAL e SEQUESTRO	495
11.1 Conceito e abrangência do tráfico para fins sexuais	495
11.2 Crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.....	503
11.2.1 Tipo objetivo.....	504
11.2.2 Sujeitos e objetos do crime.....	508
11.2.3 Tipo subjetivo	509
11.2.4 Classificação e tentativa.....	509
11.2.5 Jurisprudência	510
11.3 Promoção de migração ilegal.....	510
11.3.1 Tipo objetivo.....	510
11.3.2 Sujeitos e objetos do crime.....	512
11.3.3 Tipo subjetivo	512
11.3.4 Classificação e tentativa	512
11.4 Sequestro e cárcere privado com fins libidinosos	512
11.4.1 Tipo objetivo.....	513
11.4.2 Sujeitos e objetos do crime.....	514
11.4.3 Tipo subjetivo	514
11.4.4 Classificação e tentativa	514
11.4.5 Jurisprudência	515
 XII ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR.....	517
12.1 Princípio da intervenção mínima e bem jurídico tutelado	517
12.2 Ato obsceno.....	518
12.2.1 Tipo objetivo.....	518
12.2.2 Sujeitos e objetos do crime.....	522
12.2.3 Tipo subjetivo	522
12.2.4 Classificação e tentativa.....	523
12.2.5 Aspectos polêmicos.....	524
12.2.5.1 Publicidade	524
12.2.5.2 O enquadramento do beijo lascivo.....	524
12.2.5.3 Nudez em público.....	525
12.2.6 Jurisprudência	526
12.3 Escrito ou objeto obsceno.....	528
12.3.1 Tipo objetivo.....	528
12.3.2 Sujeitos e objetos do crime.....	530
12.3.3 Tipo subjetivo	531
12.3.4 Classificação e tentativa	531
12.4 Crimes militares (CPM)	531
12.4.1 Ato obsceno.....	531
12.4.2 Escrito ou objeto obsceno.....	532
12.4.3 Jurisprudência	533

XIII AÇÃO PENAL, CAUSAS DE AUMENTO DE PENA E SIGILO PROCESSUAL	535
13.1 Ação penal.....	535
13.2 Prisão cautelar.....	536
13.3 Causas de aumento nos crimes contra a liberdade sexual e contra os vulneráveis	536
13.3.1 Concurso de duas ou mais pessoas.....	537
13.3.2 Agente com ascendência sobre a vítima.....	537
13.3.3 Estupro coletivo.....	537
13.3.4 Estupro corretivo.....	540
13.3.5 Estupro coletivo e corretivo.....	541
13.4 Causas de aumento e sigilo processual.....	541
13.4.1 Gravidez.....	541
13.4.2 Doença sexualmente transmissível.....	542
13.4.3 Vitima idosa ou deficiente.....	543
13.4.4 Segredo de justiça.....	545
13.5 Jurisprudência.....	545
APÊNDICE	549
1 A voz dos profissionais do sexo	551
1.1 Sobre o início na prostituição	551
1.2 Peculiaridade sobre a renda da prostituição.....	553
1.3 Trabalho na rua	553
1.4 Contato com vulneráveis.....	554
1.5 Contato com rufião ou casa de prostituição.....	554
1.6 Prostituição e imoralidade	555
1.7 Discriminação.....	556
1.8 Deixar a prostituição.....	556
1.9 Fantasias de clientes.....	556
1.10 Opinião sobre a prostituição.....	557
1.11 Relação com o cliente.....	559
1.12 Abuso sexual antes da prostituição.....	559
1.13 Relacionamento com a família após a prostituição	560
1.14 Relacionamento amoroso e exercício da prostituição.....	561
1.15 Legalização da prostituição.....	561
1.16 Relacionamento com a polícia.....	562
1.17 Melhor meio de divulgação da prostituição	563
1.18 Exploração sexual.....	563
1.19 Prostituição no exterior.....	564
1.20 Turismo sexual.....	564

2	Pesquisa tabulada com trabalhadores do sexo	565
3	Avaliação da pesquisa dos profissionais do sexo.....	585
4	Pesquisa tabulada com as autoridades policiais.....	595
5	Avaliação da pesquisa das autoridades policiais.....	603
BIBLIOGRAFIA.....		607
OBRAS DO AUTOR.....		619